



Educação e Literatura

Alberto Lins Caldasⁱ

Resumo: Ensaio sobre a relação entre a literatura e a educação, sobre a diferença radical nos seus “estatutos constitutivos”. Para isso faz uma avaliação da literatura brasileira enquanto campo produzido por uma oligarquia das letras; da educação enquanto formatador das massas produtivas e da possibilidade do ensino da literatura em tal quadro.

Palavras-Chave: Literatura, Oligarquia das Letras, Educação, Ensino.

Abstract: Essay on the relation between literature and education, concerning the radical difference between their “statutes of incorporation”. To this end, an assessment is made of Brazilian Literature as a field produced by a literary oligarchy, and of education as a tool for formatting the productive masses, as well as of the teaching of literature within this framework.

Key-Words: Literature, Oligarchy of Letters, Education, Teaching.

Abertura

Antes de tudo devo dizer que isto é um ensaio, não um artigo. Esta formalidade é para impor o que exige um ensaio, liberdade e individualidade, experiência singular, meus experimentos, minhas perspectivas e valorações, enfim, minha vida. Se fosse um artigo deviam esperar científicidades e fundamentos impessoais. Aqui as citações e indicações bibliográficas são apenas tiques nervosos. O que regula minha teia é parte do assunto – a ficção, a literatura, principalmente a brasileira e, por outro lado, minhas atividades essenciais – o ensino e a escrita literária. Mas para quem só há avaliação de forças, imposição de sentido, interpretação, como em Nietzsche, essa abertura seria inútil. Mas é preciso estabelecer bem nossa perspectiva numa discussão tão extensa e tão profunda quanto a “questão da educação” e, no caso, a relação entre ensino e literatura, entre a oligarquia das letras e a educação, entre os letrados e o ensino.

Para isso é preciso, em primeiro lugar, desenvolver o “espírito” da Literatura brasileira, a alma prática dos letrados, sua formação e funções, aquilo que chamo de oligarquia das letras e, depois, a “alma” da educação e a educação “entre nós” e, por fim, a relação entre a Literatura e o ensino. E não esperem o apontar de caminhos, de soluções, de políticas e “ideias para melhorar” ou mudar. Isso é um problema do estado e dos mercados.

A Literatura Brasileira

A oligarquia das letras, em sentido específico os escritores e intelectuais do país, em princípio todos os letrados, transparece nas relações, no jeitinho, na amizade, na criação que realiza o desejo por desejar igual e desejar no mesmo lugar e reposiciona, emprega, publica, justifica, ensina o mesmo das identidades. Essa oligarquia com seus realismos de superfície (com todas as teorias miméticas, com todas as substancializações ficcionais) tem raízes profundas, mas seu aparecer acontece nas palavras, imagens, ideias, noções, crenças, ações; esse espírito oligarca escolhe nossos parceiros em nós e segrega com o olhar, a piada, o chiste, o muxoxo, os trejeitos; abastece a percepção e ordena os materiais oníricos; essa oligarquia realista é o real das relações e se transforma em condicionador do produzido, do comentado, do ensinado, do que deve circular exigindo cada vez mais o mesmo, a confirmação de si mesmo, do seu entorno e do seu entorno. Suas matrizes são vigências sociais, presentes e atuantes, fazem parte da formatação essencial e das formações, das relações e convivências.

Na oligarquia das letras não há, explicitamente, um “governo de poucos”, personalizados, mas difuso estamento dominante, em redes, eficientes, grupos e indivíduos disseminados pelos mais diversos canais culturais, estatais e econômicos detendo o acesso e permitindo ele somente segundo regras estranhas ao pretendo fazer literário (nem valor literário nem valores culturais), tendo esse aspecto apenas dimensão secundária: “as estratégias das redes de intelectuais que se vão sucedendo no trabalho de difusão e perpetuação do valor e atualidade da obra” (ABREU, 1998, p. 14): o “literário” deve ser sempre dentro do “espírito”, do modelo conhecido e respeitado: muito fora do arquivo e do depósito, nada: a Literatura brasileira é discurso escolhido, selecionado: pelos “processos do compadrio” (BORBA, 1941, p. 15), pelos “irmãos de letras”, pelas “igrejinhas” e “capelinhas” (BROCA, 1993, p. 11/15), pela “confraternidade literária”, como nomeava José de Alencar, ele próprio oligarca e oligarquizador.

O compadrio é imitação da família (caixa de ferramentas do estado na criação, fortalecimento e defesa da identidade nacional), espécie de parentesco não pelo sangue, mas por laços de amizade, vizinhança, interesse, afetividade e respeito, contratos por mais poder, aliança cultural. Normalmente o ritual de iniciação que transforma alguém em padrinho e em afilhado é de “classe”, mas fundamentalmente “cultural”, capital cultural: pedagógico, religioso, funcionando como elevação de estatus social: o padrinho normalmente é “importante”, de “destaque”, de “valor superior”, mesmo morto (basta ver o “culto dos mortos” enquanto poder de distinção). Há, na verdade, uma “troca de favores” que beneficia a todos. De um lado o poder que se confirma, se distende, de outro o amparo, a possível segurança, a reciprocidade, a participação: há mútua confirmação, proteção e continuidade. A lógica do capital, privilegiando os bens privados, a individualização, o mercado, não dissolve essas relações imaginárias. A proteção hierárquica advinda dessas relações de compadrio, numa “sociedade católica” visando perversamente “ordem e progresso”, se mantém com outras dinâmicas, com subterfúgios que não mais a caracterizariam como coronelísticas: ela não deriva agora diretamente de relações explícitas entre um coronel e seus capangas e afilhados, mas processo difuso onde o prestígio, a honra social, os reconhecidos, os bem nascidos, os “brancos” ou embranquecidos, os influentes, os notáveis, os de dentro, os das igrejinhas, os da mídia, continuam a reprodução da hegemonia. Essas relações camufladas dividem o mundo em amigos e inimigos, os que pensam como igual e os que não pensam, os que estão próximos e os distantes: aos amigos tudo, aos inimigos, silêncio, esquecimento: se legitima assim não somente valores reconhecidos e reconhecíveis, sempre universais e populares, sempre legais, sempre naturais e normais, mas se elimina – naturalmente – tudo que lhe é contrário.

Enquanto as relações de compadrio anteriores eram provincianas, rudimentares, ingênuas, mas capazes de reproduzir aquele mundo, as relações de favor e compadrio da oligarquia das letras é configuração que tem naquela outra somente liames de parença e de antigos parentescos: a oligarquia das letras provem inteira daquelas oligarquias tradicionais, mas o que permanece não é mais visível: o visível são os propalados valores culturais, literários, estéticos, filosóficos e realísticos confirmados, primeiro pela oligarquia das letras em suas várias camadas e manifestações e, depois, pelo mercado enquanto “espírito da nação”. É mais competitiva (mais individualista e interesseira), fluida (seus limites e centros se deslocam com mais facilidade), descartável (rejeita os laços mais rapidamente), substituível, frágil e instrumental (maximizando lucros e minimizando subversões): o mercado há muito é o seu fim:

o círculo se completa, o Brasil agradece. Os valores de todo o sistema, os estímulos primários e o que consolida seus devires, se dobradiçam com todas as crenças sociais, políticas, econômicas, historiográficas; com os poderes de grupos, instituições, discursos; com a persuasão, a ideologia e as políticas das “classes sociais dominantes”: os leitores, os escritores, as ideologias (o que produz as noções dominantes), o mercado de livros, o mercado de ensino com seus cães de guarda e a propaganda, se pontuam numa rede relativamente harmônica de funcionamento onde uma confirma a outra: nessa e através dessa hierarquia de valores, expressão viva da estratificação social, se construiu o cânone e se mantém a forma de política editorial e as forças da “educação nacional”: estar fora dessa visão, estar fora dessa lei, estar fora dessas relações, estar fora dos centros, fora da gramática, é não fazer parte, é não existir, é não significar.

Como a escritura, a publicação, a leitura e a crítica são instâncias permitidas, conhecidas, sancionadas, postas ao conhecimento segundo regras institucionais, o resultado – a Literatura brasileira – não somente não é literatura (não foi gerada e feita circular por “graves e intensos critérios literários”) como está se repetindo, patinando no mesmo conjunto imaginário, na mesma arquitetura, com o mesmo depósito, o mesmo arquivo desde o século XIX quando foi instaurada, sem desejar (e não é questão de desejo) ou conseguir acionar outro conjunto conduzido esteticamente, com outra politicidade e outra filosofia, separada do senso comum, dos mimetismos, dos mitos nacionais, do sistema oligárquico, criando origens para esconder suas fundações.

A Literatura brasileira garante sua identidade se reduplicando, reafirmando as relações oligarcas, as realidades nacionais e fazendo elas aparecerem como “ficção” e “gramática”, como “ensino e cultura”. Essa Literatura é patrimônio, capital utilizado para reduplicação de si mesma e para todas as honras da posição na construção da nacionalidade e da identidade. Ao se apresentar como Literatura, é escritura para servidores e reprodução de servidores, confirmada por todo um processo educacional (“é uma continuação do exame de português”, como dizia Lima Barreto) e por todas as condecorações, medalhas e fardões honoríficos do panteão nacional. Essa ficção não é similar àquela que gera as atividades das manadas de um território, mas da mesma substância das ficções ideológicas que garantem as produções.

Essa espécie de Literatura faz parte do universo mistificador da casa, “... onde as relações predominantes são as de parentesco, compadrio e amizade” (DAMATTA, 2000, p. 149); onde o conhecido é a atmosfera pretendida. Literatura caseira, de sala de visitas, de jardim, de cozinha, de apartamentos de classe média desiludida. Literatura de classe média, bairrista, se

apresentando como original, universal, cosmopolita, quando não passa de cover do velho discurso senhorial, oficial, bacharelesco, sinhozinho (é a Literatura dos “homens bons”, dos “homens brancos”, dos “filhos do senhor”: ou de servos travestidos de “senhores” sem querer saber), se revestindo com as novas configurações sociais: apavorada com a violência, o terrorismo, a miséria, o desemprego; horrorizada com todos os projetos radicais, com todas as revoluções, com todas as guerrilhas; aterrada com o operariado, com os sem teto, com os sem terra; sitiada pelos violadores, ladrões, trombadinhas e assassinos; ofendida com os desvios gramaticais, as torções no léxico, as anomalias na ortografia, a proximidade com os “falares populares”, que por sua vez não passam de pastiches dos falares dos “senhores”.

É claro que é fácil encontrar desculpas históricas, enumerar condições brasileiras desvantajosas, tais como pouca tradição literária, a formação deficiente dos escritores, o público reduzido e ignorante, os efeitos do imperialismo sobre a cultura, dificuldades de publicação, etc. todas explicam, a posteriori, a modéstia de nossos resultados literários, mas deveriam dar cobertura ao apequenamento da intenção literária ela própria. uma vez compreendida e dominada, toda condição social negativa se transforma, ou pode se transformar, em força literária, em elemento positivo de profundidade artística, e é de desejar que o conjunto de nossas desgraças nacionais resulte logo, não em desculpas, mas numa implacável obra-prima. (SCHWARZ, 1987, p. 159)

A questão não é “ser diferente”, mas outro. A alteridade radical, outra positividade, inquiridora, indiferente, obscura, é resposta ao “ser diferente” projetado pela europa, que projeta o canibal, mas não sua indiferente fome, sua repositividade intransigente, seu terrorismo (o canibal, incorporando a indiferença, se transforma no terrorista), sua ação virótica. A “diferença” (sempre senhorial), o “típico” (sempre folclórico), o “tom local” (sempre pastoso, recitativo, poético, salmódico), a nacionalidade (sempre fascista), os regionalismos (sempre mixurucas), os urbanismos (sempre bairristas), não passam das “diferenças” produzidas para realizar os fundamentos da literatura nacional, da lei da nação, e escaparem, todos, dos enfrentamentos do horror com a necessária liberdade e violência.

O olhar da Literatura brasileira foi “previsto e preparado pelo próprio olhar europeu” (ROUANET, 1991, p.242), mas esse olhar, e suas metamorfoses, foi configurado pelas oligarquias e realizado pela oligarquia das letras, não por uma subserviência inerente ao “caráter nacional”, mas por uma forma de camuflagem apontando para cultura europeia enquanto suas relações de produção desaparecem: o resultado, a construção da hegemonia com sua política, filosofia, religião, com seus emblemas, signos e mitos, com suas palavras,

imagens e sons, se explicitam e entram no circuito do consenso: a hegemonia é a coletividade dramática. O enigma, portanto, não está no que sempre foi patente (a subserviência e a produção cultural nacionalista), mas no que sempre foi escondido ou visto de relance com complacência e normalidade. Até a crítica, ao buscar sempre a comparação, o modelo, a inspiração, a angústia da influência (disfarçando a influência, o padrinho, o patronato), deixou, também, de enfrentar a dimensão de transversalidade requerida pela obra, dando seu aval à seqüência produtiva da Literatura brasileira e aos mecanismos de esconde-esconde: Literatura exclusivamente de apoio e alianças identitárias e nacionais: uma aliança Brasil sempre camuflada sobre palavreado erudito. A imitação cultural só se torna problema pros que naturalizam o processo e acreditam que o similar é o mesmo. Shakespeare foi um ladrão: todo grande escritor é um ladrão porque não está na órbita da “lei”), um plagiador que jamais se preocupou com influência alguma, e nem disso sabia, e nem por isso deixou de criar e criar bem mesmo estando dentro do poder e da busca por dinheiro. Escondem na repetição, no recapeamento não o plágio, mas a covardia, o chulo, o pequeno, o ínfimo, a incompetência, o medo, o respeito com qualquer material da cultura: os escravos, os agregados, os servidores, os trabalhadores, os bacharéis, os professores – enfim, os brasileiros – esses eternos vendedores de pau Brasil. A questão não está naquilo que os brasileiros sempre consideram importante, mas naquilo que esconderam com essa questão: imitam pessimamente somente a eles mesmos: o cânone é devorado, vomitado e novamente devorado sem nojo, sem medo, sem vergonha.

A repetição sistemática de idéias e de procedimentos contribui, e muito, para o estabelecimento de um solo comum entre autores e leitores. O que se tem, então, é um diálogo fácil, cuja fluência vai ainda aumentando à proporção que cada texto produzido vem necessariamente ao encontro da expectativa criada pelos que o precederam enquanto prepara, simultaneamente, os demais textos que ainda estão por vir. E esta relação vai se tornar ainda mais fácil graças à literalidade dos elementos abordados. Em outras palavras: tudo é dito, logo, nada precisa ser interpretado. (ROUANET, 1991, p.255)

A Literatura brasileira foi formatada inteiramente numa sociedade escravocrata, colonial, paternalista, autoritária, racista, homofóbica, necrófila e pedófila (a doença da “autoridade da fundação”), jamais superada; sociedade que ao se tornar republicana, ao ir instituindo o universo burguês, não deixou de ser e estar ferrada pela hierarquia entre os mandados e os mandantes, entre os que podem e os que não podem, entre os grandes e os

pequenos; com complexa tradição católica na devoção a santos onde os fiéis decalam e projetam as relações do dia a dia, relações de benefício, mercê, obséquio, graça alcançada, ex-votos, mezinhas, rezas e trocas: “sem levar em conta o catolicismo não se pode entender a Literatura brasileira” (KOTHE, 1997, p.53): a forma de circulação social depende desta corrente silenciosa de dependência ainda forte, sintomática, escondida, não expressa, não aceita, mas sabida e utilizada, num momento ou no outro, por todos: esses traços, comportamentos, instituições, costumes, visões de mundo foram reduzidos, transformados e refundidos pelo capital, mas sem que fossem dissolvidos, anulados, mas readaptados ao seu funcionamento: o capital não dissolve nada: sua lógica é rearticulativa: o novo é quase o velho recauchutado.

Para que a Literatura brasileira exista, selecionando o material tanto para sua colmeia quanto para o lixo, é preciso que estas práticas sociais, duma maneira ou doutra, persistam, se materializem, operem, sejam eixos de poder imaginário. Mas nada disso aparece: o processo inteiro é camuflado, normalizado e normatizado sem que apareça pros outros as renovadas relações de favor, conhecimento e reconhecimento: essas relações não foram nem são contestadas pelo mercado: o mercado sempre utilizou elas segundo sua lógica: essa dupla lógica combina com os gostos do cliente.

Por isso a Literatura brasileira não é resultante empobrecida de modelos europeus (como ele se apresenta e se pensa), muito menos a coagulação de imperícia literária ou ignorância (terminaria tudo em ingenuidade, inocência e falta de culpa), menos ainda uma potente literatura (como muitas acalentam mostrando exemplos sempre regionalistas, localistas sem voltarem os olhos para isso).

Mas enquanto a Literatura brasileira (e seu cânone) é, em sentido estrito, uma deslavada impostura ideológica, as obras incluídas não são completamente má-fé (apesar de serem profundamente coniventes). Se um processo oligárquico inocentemente ditou o publicável e o impublicável, o que e como se deve ler, fazendo ouvidos de mercador ao discurso dos que ousam denunciar, ainda assim é possível, a contrapelo, encontrar a literatura nesta Literatura, mas não para construir outro cânone, outra Literatura brasileira: o gesto seria de outra positividade: “Só desconstruindo o gesto semântico da estrutura profunda do cânone dominante é que se percebe o sentido da manipulação ideológica articulada pelas obras” (KOTHE, 1997, p. 12).

A Literatura brasileira é unanimidade de gosto e produção, de leitores e críticos. A verdadeira alteração é somente pedagógica: acontece nos manuais ou na astúcia teórica da

crítica literária: sempre encontrando as pernas de cobra da “nossa Literatura”, dos “nossos autores”, sempre dizendo muito mais daquilo que é somente muito menos, sempre com ares de arqueologia ou metafísica em busca do espírito ou do ser, jamais nos livros, nos autores ou na “política de publicação”: o que se diz de grande parte das obras tem diante dos olhos outras obras (os grandes da “Literatura Mundial”): diante delas comentam “nossos autores e livros”: esse olhar primeiro, essa presença comparativa pedagógica é escamoteada assim como o redimensionamento das “obras estrangeiras” recriadas pelo olhar oligárquico que, só conseguindo ver a si mesmo, recria os outros a sua imagem e semelhança, recria a si mesmo segundo sua imagem e semelhança.

A Literatura brasileira, no seu processo de produção, passa por filtragens que não somente moderam os “ímpetus exclusivistas, de natureza ... Independente” (2001, p. 156) como produzem uma réplica desigual que significa e aparece ao mesmo tempo como o outro e como o mesmo: o que aparece é a tradição duma Literatura, seus estilos, escolas e autores conquistando a identidade dum povo, duma nação, duma língua (permanecendo a língua e a gramática do colonizador como se fosse “nossa”, numa esquizofrenia ridícula); a relação entre todos os sujeitos do processo é assimétrica, arbitrária e estranha porque parte não duma escolha, duma luta, duma ex-posição estética, crítica ou literária, mas decorre “... Apenas da estima pessoal ou da tradição, sem respeito” (2001, p. 163) às idéias, reivindicações, mudanças ou propostas coerentes duma outra literatura.

A oligarquia das letras se compõe tanto de escritores quanto de professores, editores, agentes e promotores de todos os feitos, de intelectuais e livreiros, de livrarias, revistas, supermercados e farmácias: todos os letrados, em princípio, fazem parte da oligarquia das letras, seja de seus coronéis, seja seus cães de guarda: para sabermos se somos ou não da oligarquia das letras basta prestar atenção se corrigimos ou não a fala ou a escrita de alguém: o “erro de gramática” faz aparecer, explícita ou interiormente, o cão de guarda da língua, a polícia política da nação em nome da verdade: há uma gramática, uma lógica, uma cartografia, uma escritura que precisam ser incorporadas, reconhecidas, reencaminhadas para passarem a existir. Estranhamente, nesse processo, o leitor é inútil. É elemento dispensável, ou transformado em consumidor, em figurante do mercado ou da tradição: a imagem do leitor é visibilizada pela entidade telespectador: considerado no conjunto pobre, burro, sem gosto, sem exigência, sem sofisticação, débil mental sem possibilidades: o mediano, o popularesco, o excitável e a “cultura de massas” são produzidos para o inescapável do seu consumo: e o leitor é, realmente,

exatamente esse idiota porque ele também é um letrado, um corretor gramatical, um buscador do mesmo.

Esse processo, essas transversalidades que não se reconhecem, criam momentos de cultura escrita (a Literatura brasileira é luta constante e disfarçada contra as liberdades da oralidade, do corpo (aqui sempre entendido enquanto integralidade, sem fissuras metafísicas), contra o terrorismo da língua contra a Língua) que ganham coerência enquanto conquistam visibilidade e se tornam cânone ao mesmo tempo em que se cristalizam como história, tradição, nacionalidade: “a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos” (CHAUÍ, 2000, p. 9). Para a Literatura brasileira convergem práticas sociais, imaginários, crenças, mas para que se torne sem se transtornar é preciso ser instituído por um processo maior, nacional, do interesse de todos, é preciso que seja convergência, ética, política, educação, conjunto de obras clamando sua unidade com a unidade nacional, a integração nacional, o Brasil grande, unidade da língua, do território, do povo e do estado.

Constituída no século XIX, não consegue esconder sua ânsia de brancura, de distância dos conflitos, de pureza ao escrever, de limpeza, ordem, asseio e higiene que os senhores letrados deixaram como marca do estado, da nação, do povo e, com isso, se demarcava um território imaginário não penetrado pela oralidade radical, pela negação, pela “negritude”, pelos trabalhadores, pela baixa, pela igualdade, pela perversidade do sistema social, pela estranha “beleza da verdade”, mesmo sendo essa “negritude”, essa negação, esses trabalhadores, esses excluídos, apenas a outra face do mesmo, e jamais puderam criar outra positividade.

A Educação

O capitalismo é uma religião, e a mais feroz, implacável e irracional religião que jamais existiu, porque não conhece nem redenção nem trégua. Ela celebra um culto ininterrupto cuja liturgia é o trabalho e cujo objeto é o dinheiro.

Giorgio Agamben

As ideias que movem as questões teóricas sobre educação não dizem respeito a nenhuma educação objetiva desde o século XIX. Elas partem de abstrações protetoras do existente, reprodutoras dos reprodutores “socioeconômicos” e das condições para o trabalho. Em sentido espinosano sequer são ideias, mas esperanças, crenças, opiniões em redes de atividades de preparação corporal. A única coisa que as “filosofias da educação”

não sabem, escondem e camuflam retoricamente é precisamente a prática educativa e a inutilidade da sua “prática reflexiva”, o que é compreensível, mas não defensável. E com a maior autoridade e experiência porque essa sempre foi sua função, sua lógica e epistemologia. Educação é, estrita e largamente, um treinamento para a “vida do trabalho”, e nada mais. Esse é o ponto de partida, não de chegada, ou meio de uma “reflexão pedagógica”.

Não há, objetivamente, nenhuma “cultura”, cultivo, formação em toda a “história da educação” (nada mais antigo que esses dois últimos séculos: antes é querer substancializar ficções historiográficas irresponsavelmente). Nada de reatualização do passado para a “formação do ser social”; nada da busca pelo cidadão modelo (trabalhador modelo); nada da consolidação dos valores para julgar o “verdadeiro, o justo e o belo”; nada de seres sociais preparados para o “pleno exercício da cultura”: apenas o mercado, o mercado de trabalho, a produção de corpos para o “mundo do trabalho”, reprodução de “corpos dóceis”, produção infundável de corpos fascistas. Sobre isso os “discursos pedagógicos” não podem nem possuem “competência”, nem jurisdição, para tentarem dar conta (como não há nem pode haver uma “filosofia do direito”, não há, nem pode haver, uma “filosofia da educação”). A função dos “discursos pedagógicos” é precisamente tornar isto um “discurso” e tentar encontrar soluções “teóricas” e, principalmente, práticas, concretamente nos âmbitos da escola, com seus tipos patéticos como componentes dos “discursos competentes”, remetendo tudo, querendo ou não, para a lógica dos mercados, para as atividades do estado, não enquanto um “obedecer ordens”, mas enquanto um seguir as forças das manadas.

A razão educacional, preparação de trabalhadores, exclui qualquer ilusão iluminista, culturalista, idealista travestida de esquerdas ou direitas, qualquer saída ou melhoramento, pois seria sempre dentro da lógica do mercado-estado e para o estado-mercado. Aos que consideram que há uma degeneração ou progresso da educação é preciso afirmar que qualquer questão pedagógica educacional é um problema administrativo do estado, dos mercados de trabalho e das políticas de formação profissional. Toda “discussão educacional” sobre o “destino da educação” ou sobre “políticas educacionais”, tudo sobre educação enfim, não fazem parte da filosofia, do pensamento, ou da teoria em sentido filosófico, mas do administrar. Não há “herança simbólica” (função dos trabalhadores da criação) alguma para compartilhar (e não é na escola que esses “trabalhadores do espírito”

aprendem suas funções no mercado), apenas disciplinamentos corporais essenciais. A “crise da educação” instiga os salvadores da pátria, os teóricos síndicos e padres, os que vivem para tentar resolver os “problemas sociais” como se fosse por alguma ética, filosofia, política ou por alguma missão moral. Toda a força do pensamento pedagógico é para, de uma maneira ou de outra, contribuir com a formação e docilização de trabalhadores pondo nisso os conceitos mais atraentes e supérfluos. E tanto as filosofias quanto as práticas educacionais são parasitas do mercado de trabalho e das configurações estatais. Uma impossível autonomia acontece apenas dentro das próprias perspectivas e funções.

Que é isto – a educação? Atividades disciplinares, prático-teóricas e institucionais, para a preparação de trabalhadores das mais variadas espécies; Que é isto – a filosofia da educação? Uma rede teórica de camuflagem, travestida de filosofia, para aprimorar a instituição educação, ou, o que antigamente se chamava ideologia; Que é isto – o ensino? As variadas técnicas, procedimentos disciplinares, ortopedias, hierarquias, instituições que preparam corpos dóceis para o mercado de trabalho; Que é isto – o professor? O tipo que aceita adestrar trabalhadores, aquele tipo já adestrado dentro e para o universo do trabalho, para a identidade, as informações, a nacionalidade, os conhecimentos tribais universalizados e naturalizados: o integrado integrador, o cão de guarda do instituído.

Essas “perguntas e respostas” em torno do “problema educação” passam a existir com o peso que lhe damos, com urgência e profundidade, quando o aparato sócio mecânico, financeiro, produtivo, administrativo do capitalismo se torna “a sociedade”. Por isso essa reflexão, essa busca por soluções, por melhoramentos, por compreensão (daí o engano de querer que seja uma filosofia, ou uma ciência o que é apenas um treinamento estatal mercantil da sua “força de trabalho”), essa preocupação midiática, não passa da busca administrativa, camuflada de teoria e cultura, do estado, “indústria e comércio”, e dos seus intelectuais, orgânicos ou inorgânicos, pelas melhores maneiras de produzir corpos fascistas (para melhor produzir mercadorias e serviços, vidas fascistas).

A educação é, inteiramente, um processo de territorialização, instalação de dispositivos de produção reprodução (corpo fascista): sem territorializações não existe nem a educação enquanto prática nem qualquer forma de “pensamento pedagógico”, não existem escola ou ensino. Ensinar (ensinar como uma “técnica pastoral”) é territorializar, integrar, e qualquer brilho, diferença, repositividade radical ou pensamento é tão somente uma reterritorialização visando melhores e novos e mais capacitados trabalhadores. Todo

“pensamento” sobre ou para ou da educação visa apenas proteger a si mesmo (ergo proteção do estado, da sociedade do trabalho, do saber adestrador, da biolítica), proteger e infestar a função exemplar da educação sem conseguir se tornar mais do que um “pensar sobre” a partir de círculos de poderes integradores.

A educação nada tem a ver com a “singularíssima pessoa”, a estranha e radical singularidade instaurada pro si mesma nas buscas e guerrilhas de criação e revolta, de compreensão e pensamento, que produz a literatura (jamais a Literatura) como um dos seus “produtos essenciais” e vale a pena porque não ensina (reconfigura, abre linhas de forças, desterritorializa, libertinagem em devires) e desloca o corpo fascista para o corpo. Educação é parte inextirpável do biopoder (FOUCAULT, 1999, 2008b, 2008c), daquelas tecnologias, técnicas, procedimentos, crenças, maneiras de pensar e sentir, organizar e disciplinar, que é a essência da governabilidade da população: parte da produção domesticação, direcionamento dos corpos; ao mesmo tempo atinge o indivíduo diretamente (inclusive produzindo o indivíduo, o sujeito, o eu, ou produtor consumidor perfeito), não apenas um conjunto populacional: “estado” que alarga e consolida seu poder cuidando minuciosa e metodicamente, “articulando técnicas específicas de saber, de controle e de coerção”, da limpeza, saúde, educação, segurança e trabalho, felicidade e bem-estar da população como quem cria rebanhos para melhor produção e consumo e, o mais engraçado, é que faz isso com a ajuda eufórica e crente da própria população.

A educação é a atividade sócio-individual de adestramento e produção corporal, é o quartel da população desde a “primeira infância” (o quartel família, o quartel mídias, o quartel trabalho). Daí porque a “defesa da educação” é tão patética, tão dolorosa, tão ridícula, e uma “filosofia da educação” em sentido amplo ou estrito é um pastiche fascista. Mas isso não é “o mal”, “a banalidade”, “a barbárie”, mas simplesmente a normose própria da máquina tribal (CALDAS, 2010a, 2010b, 2010c). Qualquer utopia, avanço, aprimoramento é o mesmo que propor o melhoramento do rebanho, dos dispositivos de poder, dos adestramentos e produção de trabalhadores para o “mundo do trabalho”. Isso não é coisa da filosofia, mas do estado, das mídias, da educação, das religiões e dos travestis de padres e síndico de todos os tipos.

Ensino e Literatura

Enquanto a Literatura brasileira encontra na educação a realização da sua essência, inclusive por ela precisar da escola, dos livros didáticos, dos mecanismos estatais, das crenças produzidas por todas essas relações, a literatura, ao ser ensinada, ao fazer parte de um conjunto, de uma história, ao ser forçada a se integrar e ser aquilo, aquele saber, aquele gênero, espécie, sentimento e escritura, entrega apenas sua carcaça, sua visibilidade apreensível, deixando escapar, sempre, aquilo que faz com que seja literatura, suas desterritorializações radicais, a singularidade que só se entrega e jorra sendo mais nas lutas da singularidade em sua “busca ética”. Para isso precisamos entender minimamente ética enquanto as lutas das melhores forças da singularidade na construção da ativa expressão do pensamento, da consciência e da imaginação: guerrilhas pessoais em busca da autonomia e da liberdade, da compreensão do mundo e seus devires, o que se volta para si mesmo e serve muito pouco ou quase nada para outro e absolutamente nada para as manadas do mundo do trabalho. A relação da educação com a singularidade, a autonomia, a liberdade, a criação e a revolta é apenas um delírio, uma pretensão vazia e impotente, um delírio prático da educação como um todo. O acesso consciente a cultura, e mesmo o conceito de cultura, que nada tem com literatura mas tem tudo a ver com Literatura, é um conceito suspeito que se encontra no próprio núcleo das submissões e adestramentos, dentro da identidade e da representação, nos conceitos e nas práticas que formam, justificam e reproduzem nação e estado. Quanto mais cultura, mais educação, mais tecnologia, mais trabalho, exploração, mercadorias, temos a grande satisfação dos mantenedores de todo o círculo educação, a classe média.

A Literatura e o ensino fazem parte dos mesmos dispositivos de formatação essencial para o mundo do trabalho. A Literatura brasileira é o mundo dos letrados desde sua “fundação imperial” (sem os delírios nacionalistas, não ultrapassa meados do século XIX). Sem a “fundação do Brasil” com sua determinada educação não haveria o que se chama Literatura brasileira: o mundo dos letrados, dos alfabetizados e professores, dos defensores da Língua, dos conhecimentos, dos saberes, os detentores dos instrumentos, mecanismos e instituições, os cães de guarda do sentido e da identidade. Ensino e Literatura são guardiões da escrita sagrada, da Língua sagrada, da verdade: são travestis de padres e militares. Os que sabem e por isso podem. Os que são de todas as “classes” porque

a produção e manutenção da “nação e do povo”, do “território e da Língua”, é uma “missão de todos”. O ensino é o treino dos mecanismos de poder tornados saber, prática positiva de ortopedia, de inspeção, de controle, saberes domados. A literatura é exatamente aquilo que escapa ao ser ensinada: a alteridade radical, o estranho, o enfrentamento do horror, o traço guerrilheiro ou terrorista da singularidade. A literatura é precisamente o que é combatido, camuflado, ortopedizado pela educação, reencaminhado para significar “uma história”, “uma escrita”, “um saber”, algo que pode ser captura e deglutido, disciplinarizado, por quem não esteja em processo, em luta contra os devires.

A literatura vista como é possível ver, da perspectiva do criador, daquele que empreendeu uma guerrilha singular, do singular para o singular, é radicalmente diferente da perspectiva do leitor, do letrado, do intelectual, do professor. O que é capturado, ensinado, difundido é a Literatura, que faz do gosto possível, da escrita digerida, da escrita disciplinada, das escritas da normose. Sem imobilizações, classificações, relações comunicativas e identidades é impossível o “conhecimento e o ensino” (os professores podem apenas ensinar “História da Literatura”, fazer comentários sobre seus gostos como se fossem uma espécie de verdade útil, cientificar línguas e linguagens, desenvolver artifícios críticos). Enquanto a Literatura se realiza no “social” e no “mercado”, no midiático e no estatal, no livro e no e-book, a literatura é coisa íntima e pessoal, é arma utilizada para a singularização de cada luta, perdendo todas as suas forças e intensidades, todos os seus sentidos ao ser estabilizada pedagogicamente, no fundo, para nada, a não ser como um processo de falsificação da literatura enquanto uma maneira de viver, pensar, lutar e atingir a máquina tribal. Enquanto a Literatura tem “lugar e finalidade”, a literatura se impõe como linhas de forças constituídas precariamente no jorro e jogos da singularidade. A Literatura é algo-aí, uma exterioridade, um objeto, uma coisa entre os consumidores; a literatura faz parte das lutas éticas, carnavais, do sangue e do olfato, faz parte daquela dimensão que não-faz-parte, dimensão solitária do pensar e do sentir, para nada a não ser para isso mesmo e que se dissolve e perde sentido ao se fazer. É essa “coisa feita” que é raptada “para ser ensinada”, como se tivesse sido feita para ser, para ser ensinada, para pertencer ao círculo dos consumidores, dos ensinadores, como se fosse isso que pode ser apreendido.

A literatura é essencialmente antiteórica, antifilosófica, anticientífica e, principalmente, antipedagógica: seu pensamento se faz na ação e sua com-preensão se dá na ação de um criar, nas interioridades da busca, não no aprender/ensinar. O conhecimento

da literatura é, necessariamente, passivo para o saber, para o aprender; ele só é ativo entre fazeres, entre as ações ativas do criar, nos entrechoques. A essência da literatura é ação criadora (sem resto). Só podemos com-preendê-la nas intensidades da ação criadora (buscada pela singularidade, jamais por dispositivos estatais, comunitários, grupais) ensinar, aprender, ler, é passivo, inerte, indiferente a um processo criador, sempre estranho a qualquer manifestação educativa. Da mesma maneira que não pertence à essência da literatura relações passivas de aprendizado, não pertence às relações pedagógicas atividades criadoras. (a não ser nos delírios das “teorias pedagógicas”). Essa “diferença de essência” permite vislumbrar uma “distinção ontológica”, distinção gnosiológica, distinção de produção e acesso. Isso, e o desenvolvimento dessa ideia, não impede a apreensão, mas o que é apreendido (com-preendido) é a literatura tornada Literatura, o que pode ser ensinado porque já se tornou uma materialidade re-produzida para tanto, sua dimensão fraca, despotencializada para ser, antes de apreendida pela educação, incorporada ao mercado, ao mundo do trabalho. Daí a “necessidade da escola” enquanto mediadora. O ensino, a educação, que conseguisse dizer a literatura não seria mais educação e o dito não seria mais literatura, estaríamos nas dimensões da singularidade desterritorializada, nos fluxos éticos em luta, nas aberturas das linhas de força.

O que um professor poderia fazer, diante do exposto até aqui com suas consequências filosóficas, seria empreender uma dissolução genealógica dos conhecimentos e crenças em todas as áreas das “ciências humanas”. Sua função seria guerrilheira, terrorista, singular e criadora no sentido da criação da própria literatura. Seria dissolver os fundamentos, as lógicas, os mecanismos de poder dos saberes, os instrumentos de formatação de trabalhadores. Seria tornar, tentar tornar, libertino os “alunos” (se é que isso existe). Mas isso o impediria de ensinar e sua atividade seria expor a educação e o saber, em cada uma das suas especialidades, ao seu horror funcional, as suas específicas torções ideológicas, ao seu inescapável camuflar as relações constitutivas de submissão, expor sua própria condição subalterna e secundária, reproduzidor e protetor dos muitos estabelecidos, de naturalizações e universalizações, mas esse “professor libertino” não passa de mais um delírio do “pensamento pedagógico”, uma impossibilidade real.

Do exposto acima se torna compreensível que uma legítima relação entre educação e literatura não passa de um *malentendu* (uma inocência ideológica, uma perversidade funcional) sempre repetido em benefício da educação, isto é, tanto da instituição quanto do

“estado” enquanto aquilo que cuida da formação de trabalhadores dos mais variados tipos, jamais da literatura, daquela palavra que é essencialmente libertina e só se entrega ao viandante e sua sombra. Todas as metodologias, práticas e experiências no ensino da literatura se dão apenas pela “natureza da educação”, que é camuflar o estatuto da educação e sua função, escamotear que, por sua natureza, não pode, precisamente, ensinar, não pode compreender muita coisa e que sua justificativa é, não filosófica, mas política no sentido mais sujo e indigno do termo.

Bibliografia

- ABREU, Regina. **O Enigma de os Sertões**. Rio de Janeiro: Rocco/Funarte, 1998.
- ARANHA, Maria L. de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.
- ASSIS, Machado de. **Teoria do Medalhão**. São Paulo: Obras Completas, vol. 12, Jackson, 1957a.
- _____. **Ideal do Crítico**. São Paulo: Obras Completas, vol. 29, Jackson, 1957b.
- _____. **Literatura Brasileira - Instinto de Nacionalidade**. São Paulo: Obras Completas, vol. 29, Jackson, 1957c.
- BAKHTIN, Mikail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BARRETO, Lima. **Obras completas**. São Paulo: Brasiliense, vol. I-XVII, 1956.
- BLANCHOT, Maurice. **O Livro Por Vir**. Lisboa: Relógio D'água, 1984.
- _____. **O Espaço Literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- _____. **A Parte do Fogo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BORBA, Osório. **A Comedia Literária**. Rio de Janeiro: Alba, 1941.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- CALDAS, Alberto Lins. **Litera Mundi**. Porto Velho: EDUFRO, 2002.

_____. **Oligarquia das Letras**. São Paulo: Terceira Margem, 2005.

_____. **Enfrentar o Horror**. <http://enfrentarohorror.blogspot.com.br>. Em 09/09/2012.

_____. **Máquina Tribal**. Revista Primeira Versão, Ano IX, Nº 254, Volume XXVIII, pag. 2/31, Universidade Federal de Rondônia, Centro de Hermenêutica do Presente, Porto Velho, maio/2010a.

http://www.primeiraversao.unir.br/artigos_volumes/artigo_254_alberto.pdf

_____. **Máquina Tribal: Conceitos Nômades**. Revista Primeira Versão, Ano IX, Nº 255, Volume XXVIII, pag. 2/26, Universidade Federal de Rondônia, Centro de Hermenêutica do Presente, Porto Velho, junho/2010b.

http://www.primeiraversao.unir.br/artigos_volumes/255_alberto.pdf

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CASANOVA, Pascale. **A República Mundial das Letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. **Kafka: Por uma Literatura Menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

_____. **Mil Platôs**. 5 vol., São Paulo: Editora 34, 1995/1995/1996/1997/2007.

_____. **O Anti-Édipo**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

ESPINOSA, Baruch de. **Ética**. São Paulo: Abril Cultural, col. Os Pensadores, 1983.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre: Globo, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

_____. **Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FULLAT, Octavi. **Filosofia da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

- GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.
- GILES, Thomas Ranson. **Filosofia da Educação**. São Paulo: EPU, 1993.
- HEIDEGGER, Martin. **Arte y Poesia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- _____. **A Caminho da Linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- KOTHE, Flávio. **O Cânone Colonial**. Brasília: UnB, 1997.
- _____. **O Cânone Imperial**. Brasília: UnB, 2000.
- _____. **O Cânone Republicano I**. Brasília: UnB, 2003.
- _____. **O Cânone Republicano II**. Brasília: UnB, 2004.
- LAJOLO, Marisa; Zilberman, Regina. **A Formação da Leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.
- LUCAS, Fábio. **O Caráter Social da Ficção do Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.
- MACHADO NETO, António Luiz. **A Estrutura Social da República das Letras**. São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1973.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Historia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARTINS, Wilson. **História da Inteligência Brasileira**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1976/1979.
- MONARCHA, Carlos (Org.). **História da Educação Brasileira**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos Sobre Educação**. São Paulo: Loyola, 2003.
- RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em Berço Esplêndido**. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SCHWARZ, Roberto. **Que Horas São?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SENNA, Homero. **República das Letras**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

ⁱ Professor do Departamento de História – UFAL. Autor de “Oralidade, Texto e História” (Loyola, São Paulo, 1999); “Babel” (Revan, Rio de Janeiro, 2001); “Nas Águas do Texto” (Edufro, Porto Velho, 2001); “Litera Mundi” (Edufro, Porto Velho, 2002); “Oligarquia das Letras” (Terceira Margem, São Paulo, 2005); “Gorgonas” (Cepe, Recife, 2009); “Minos” (Ibis Libris, Rio de Janeiro, 2011); Experiência e Narrativa (Edufal, Maceió, 2013).